Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"O episódio mostra como até grandes companhias de capital aberto, que deveriam passar pelo escrutínio de auditores e entidades regulatórias, cometem graves infrações"

Geraldo Magela/ Agência Senado



Novo presidente da Americanas apresenta provas de esquema na empresa

O material apresentado ontem na CPI da Americanas é estarrecedor. O atual presidente da Americanas, Leonardo Pereira, apresentou cópias de e-mails, planilhas e outros documentos que, segundo ele, comprovam os esquemas fraudulentos praticados pela antiga diretoria. Os executivos esconderam operações de financiamento irregulares e criaram mecanismos para ocultar do conselho de administração informações verdadeiras sobre o desastre que era a gestão da companhia. Há muito mais por vir.

Bunge e Viterra criam empresa de U$ 110 bilhões

Depois de seis meses de complexas negociações, a americana Bunge e a canadense Viterra uniram forças para criar uma das maiores traders agrícolas do mundo. A Bunge desembolsará US$ 18 bilhões para formalizar o negócio — o montante inclui valores pagos para a suíça Glenncore, controladora, e aos demais acionistas da Viterra, além de uma dívida a ser assumida pela multinacional dos Estados Unidos. Juntas, as receitas de Bunge e Viterra totalizam colossais US$ 110 bilhões.

Caso Americanas: fraudes corporativas não são incomuns

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



O caso Americanas poderá se tornar um dos maiores escândalos corporativos da história do Brasil. Ontem, a empresa admitiu, em comunicado enviado ao mercado, que o rombo bilionário em seu balanço é resultado de fraudes cometidas pela antiga diretoria. Segundo o relatório, o ex-presidente da Americanas, Miguel Gutierrez, participou das trambicagens. "Os documentos analisados indicam que as demonstrações financeiras da companhia vinham sendo fraudadas pela diretoria anterior", diz o texto assinado por Camille Loyo Faria, diretora financeira e de relações com investidores. O lamentável episódio mostra como até mesmo grandes companhias de capital aberto, que teoricamente deveriam passar pelo escrutínio de auditores, analistas, entidades regulatórias, bancos e outros entes do mercado de capitais, cometem graves infrações. Na verdade, as fraudes são mais comuns do que o senso comum supõe — os caso Enron nos Estados Unidos e OGX no Brasil estão aí para confirmar a teoria.

Positivo investe no mercado de segurança eletrônica

A fabricante brasileira de computadores pessoais e smartphones Positivo Tecnologia entrou no mercado de automação e segurança eletrônica. Chamada PositivoSEG, a nova divisão de negócios recebeu investimentos de aproximadamente R$ 40 milhões. Não será fácil ocupar espaço. No país, o segmento é dominado pela Intelbras, que responde por 54% dos negócios. No mundo, gigantes como as chinesas Dahua Technology e Hikvision Digital e a americana Motorola Solutions lideram o setor.

305,4 MILHÕES

de toneladas deverá ser a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2023, segundo o IBGE. O número supera a estimativa anterior, feita em abril, e significa um salto de 16,1% em relação a 2022

"A Americanas não pode se fazer de vítima. Ela é corresponsável pela fraude praticada durante vários anos pelos mais altos cargos da companhia"

Rafael Mortari, *sócio do escritório de Advocacia Mortari Bolico, especializado na defesa de investidores pessoas físicas no mercado de capitais*

RAPIDINHAS

CanvaPro



O turismo tem alta expectativa para as férias de julho. De acordo com levantamento do Ministério do Turismo, o setor aéreo deverá ofertar ao menos 4,2 mil voos extras durante o mês. Como é tradição, o Nordeste, um dos principais alvos dos viajantes nessa época do ano, será a região com o maior número de voos adicionais.

A possibilidade de trabalhar em casa se tornou um benefício buscado pela maior parte dos profissionais brasileiros. Um estudo do Infojobs e Grupo Top RH constatou que 85,3% deles trocariam de emprego se recebessem uma proposta que oferecesse mais dias em home office. A pesquisa entrevistou 1.008 profissionais de diversas áreas.

O nó tributário brasileiro provoca situações absurdas. Um estudo realizado pela startup de auditoria Reviza a partir de dados de 2.110 empresas descobriu que, juntas, elas podem ter pago indevidamente R$ 3,8 bilhões em impostos. Não à toa, a busca pela recuperação de tributos se tornou uma tendência crescente no Brasil.

O agronegócio colhe mais um bom resultado. De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), a moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul chegou a 46,19 milhões de toneladas na segunda quinzena de maio, o que representou um avanço de 5,48% em relação ao mesmo período da safra anterior.

CONGRESSO

Desoneração pode ir até 2027

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprova extensão do benefício que reduz custo trabalhista de 17 setores

» RAFAELA GONÇALVES
» ROSANA HESSEL

Com 14 votos favoráveis e três contrários, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em primeira votação, o projeto que prorroga por mais quatro anos a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O benefício tributário, que venceria no final deste ano, deve ser estendido agora até o fim de 2027.

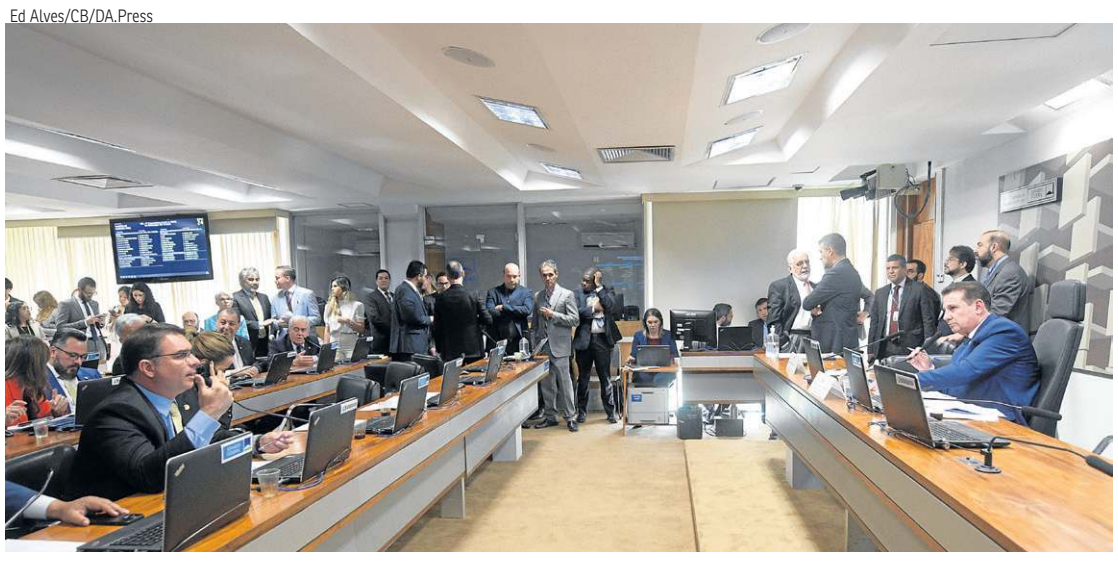
Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação, que também, pela lei atual, só vai até dezembro. O texto ainda terá que passar por um segundo turno de votação na comissão. Se a aprovação for confirmada e não houver um pedido para votação no plenário, o projeto seguirá direto para deliberação na Câmara dos Deputados.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. O benefício foi introduzido há 12 anos para algumas áreas e há pelo menos 10 anos abrange todos os setores hoje incluídos.

Os 17 setores alcançados pela medida são: confecção e vestuário, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

O governo é contrário à prorrogação do benefício. Pelos cálculos do Ministério da Fazenda, a proposta provoca um impacto de R$ 9 bilhões nas contas da União. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), argumentou que a desoneração é o "provisório que vai se tornando definitivo". Ele solicitou ao colegiado que a matéria não fosse votada de imediato, pois a equipe econômica está trabalhando em uma proposta alternativa para ser apresentada no segundo semestre deste ano.

Ed Alves/CB/DA.Press



Texto ainda deve passar por uma segunda votação antes de ser enviado à Câmara. Governo é contra

À noite, o ministro da Fazenda Fernando Haddad, afirmou que esse tema não pode ser tratado de maneira açodada, e informou que vai negociar com os senadores para que esperem a proposta do governo, que deve ser encaminhada junto com a segunda fase da reforma tributária. "Estamos quase no segundo semestre e não tem porque sair correndo. Até porque os benefícios previstos tem vigência até dia 31 de dezembro deste ano. Eu realmente não consigo entender a pressa", frisou.

Na avaliação do ministro, a decisão da CAE é inconstitucional e compromete o futuro das contas públicas e o equilíbrio fiscal, cuja retomada está na agenda econômica do país.

O texto aprovado pela comissão inclui uma desoneração adicional para prefeituras de municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes. Estes devem ter a alíquota da contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8% da folha. "Hoje, a União finge que recebe a previdência das prefeituras e as prefeituras fingem que pagam. Então, é melhor receber 8% de algo do que 100% de nada", disse o relator da proposta, senador Ângelo Coronel (PSD-BA).

Aprovada recriação do Minha Casa, Minha Vida

» RAPHAEL FELICE

Em votação simbólica, o Plenário do Senado Federal aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 1.162, que recria o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV). O substitutivo do relator Efraim Filho (União-PB) não alterou o relatório do deputado Marangoni (União-SP), aprovado na Câmara no último dia 7. O Projeto de Lei de Conversão, como são chamadas as MPs aprovadas com alterações no texto original do Executivo, vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre as alterações promovidas por Marangoni na MP e aprovada pelos deputados, estão a permissão para uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) — em projetos ligados à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), como iluminação pública e saneamento básico — e a retirada da exclusividade da Caixa Econômica Federal como operadora do MCMV.

O texto manteve a inclusão de um seguro por danos estruturais aos imóveis, apesar da opinião majoritária de que ele deveria ser suprimido. O item havia sido excluído pela comissão mista que analisou a MP, mas foi restabelecido durante a discussão da medida no plenário da Câmara.

O relator Efraim Filho disse que não suprimiu o seguro para danos estruturais do texto para agilizar a tramitação, uma vez que a MP caducaria na próxima quinta-feira. Caso o Senado fizesse alterações, a MP teria que voltar à Câmara dos Deputados.

Segundo o líder do governo, senador Jaques Wagner (PR-BA), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve vetar o dispositivo.

De acordo com o senador Flávio Arns (PSB-PR), a medida aumentaria os custos do programa de forma "desncessária". Segundo Arns, dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção apontam que o seguro custaria centenas de milhões de reais e só poderia ser acionado em caso de ruína total da casa.

O Minha Casa, Minha Vida prevê atendimento habitacional a famílias de baixa renda e também de classe média, como frisou o presidente Lula em transmissão ao vivo, ontem. A MP aprovada prevê três faixas de renda de beneficiários, que vão até R$ 8 mil mensais. Nas áreas urbanas, a faixa 1 destina-se a famílias com renda bruta familiar mensal de até R$ 2.640; a faixa 2 vai até R$ 4,4 mil; e a faixa 3, até R$ 8 mil. Nas zonas rurais serão atendidas famílias com renda anual de até R$ 96 mil.